DOI: 10.5418/RA2012.0810. 0003

JUVENTUDE (s), VIOLÊNCIA URBANA E PERIFERIA EM SÃO PAULO

youth (s), urban violence and periphery in São Paulo

Marlene Almeida de Ataíde [1]
Jayson Vaz Guimarães [2]

Resumo

O artigo parte de preocupações voltadas para a categoria juventude (s), especialmente aquelas oriundas das camadas sociais pobres moradoras das periferias da Capital São Paulo, local onde a violência se agrava cotidianamente. Morar nas periferias dessa grande metrópole, para uma significativa parcela de jovens é estar exposto ao constante fenômeno da violência, aliado à condição de exclusão social, pois habitam espaços/ territórios segregados e deteriorados. É nesta perspectiva que se pretende desenvolver a presente reflexão, pois as condições adversas vividas por esses jovens expressam a miséria social da qual não estão imunes, e ainda, justifica-se devido encontrarmos nas periferias os maiores índices de violência e crimes, que acomete as juventudes(s) urbanas brasileiras.

Palavras-chave: Juventudes (s), Violência urbana, Periferia, São Paulo.

Abstract

The article has broken of concerns directed toward the category youth (s), especially those deriving of the social classes poor inhabitants of the peripheries of the São Paulo Funds, place where the violence if aggravates daily. To live in the peripheries of this great metropolis, for a significant parcel of young is to be displayed to the constant phenomenon of the violence, ally to the condition of social exclusion, therefore segregated and spoiled territories inhabit spaces /. It is in this perspective that if it intends to develop the present reflection, therefore the adverse conditions lived by these young express the social misery of which they are not immune, and still, it is justified due to find in the peripheries the biggest indices of violence and crimes, that acomete youths (s) urban Brazilians.

Key words: Youths(s), urban Violence, Periphery, São Paulo.

Resumen

El artículo se ha roto de las preocupaciones dirigidas hacia la juventud de la categoría (s), especialmente eso el derivar de los habitantes pobres de las clases sociales de las periferias del capital de São Paulo, el lugar adonde la violencia si agrava el diario. Vivir en las periferias de esta gran metrópoli, para un paquete significativo de jóvenes debe ser exhibido al fenómeno constante de la violencia, aliado a la condición de la exclusión social, los territorios por lo tanto segregados y estropeados habitan los espacios. Está en esta perspectiva que si se prepone desarrollar la actual reflexión, por lo tanto las condiciones adversas vivió al lado de estos jóvenes expresa la miseria social de la cual no son inmunes, y aún, es justificado debido al hallazgo en las periferias los índices más grandes de la violencia y de los crímenes, que los brasilenos urbanos de las juventudes del acomete (s).

Palabras clave: Juventudes(s), Violencia urbana, Periferia, São Paulo.

(1) Pesquisadora CNPq, Profª Drª. do Programa de Graduação em Serviço Social Universidade de Santo Amaro - Rua Isabel Schimidt, 349 – Santo Amaro, CEP 04743-030, São Paulo (SP) - Brasil, Tel.: (+55 11) 2141-8932 – maataide@yahoo.com.br

(2) Prof. Dr. da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade federal de Uberlândia – Rua Vinte, 1600 – Bairro Tupã – CEP 38304 – 402 Ituiutaba (MG) – Brasil. Tel.: (+55 34) 3271.5262 - guimaraes.jaysonvaz@pontal.ufu.br

ISSN 1679-768 X © 2003, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Todos os direitos reservados.

INTRODUÇÃO

São Paulo que amanhece trabalhando,
São Paulo que não pode adormecer,
Porque durante a noite,
O paulista vai pensando,
Nas coisas
Que de dia vai fazer! (Billy Blanco)

O excerto extraído da letra da música "Grande São Paulo" conforme a epígrafe enunciada traz no seu bojo esta cidade que se tornou a maior da América do Sul, no entanto, ainda apresenta inúmeros contrastes e contradições que mesmo as lentes ainda embaçadas conseguem enxergar. Apesar de ser considerada uma das maiores economias do país e acalentar o sonho da terra das grandes oportunidades, São Paulo ao longo de sua história acumula uma grande diversidade cultural devido aos processos migratórios dos mais diversos países do mundo além daqueles oriundos dos Estados brasileiros. O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE destaca que o município de São Paulo agrega "11.253.503 habitantes". Ao considerar esse elevado número de habitantes e, por mais que a cidade fosse devidamente planejada não suportaria a enorme quantidade de pessoas e todo seu desenvolvimento atual. Historicamente as cidades brasileiras principalmente São Paulo, na década de 1930 - foi o grande marco do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo como paradigma, a mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo industrial e ainda, a possibilidade de avanço econômico e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico e atrasado. Já na década de 50 ocorreu a entrada de grandes multinacionais, em especial, a indústria automobilística como carro-chefe abrindo várias frentes de trabalho e foi a partir desta década que São Paulo passou a receber um enorme contingente de pessoas oriundas principalmente do nordeste para trabalhar na indústria automobilísticas que estava em processo de expansão.

No entanto, a partir dos anos 90, essa imagem da cidade promissora passa a ser diretamente associada ao desemprego, à violência urbana, poluição, congestionamento, prostituição, tráfico de drogas, economia informal, desigualdades sociais e forte exclusão social. "Nas décadas de 80 e 90, no Brasil, como em quase todo o mundo (excetuando os Estados Unidos, nos anos 90), aumentaram o desemprego, as relações informais de trabalho e a pobreza nas áreas urbanas". (MARICATO, 2000, p. 27).

Para reforçar, Kowarick (2000) acentua que nos anos 90 essa consciência do mundo da subcidadania tenderia a acentuar-se pelo agravamento dos mesmos problemas: a saturação do padrão periférico de crescimento, as crises do transporte coletivo, a omissão dos poderes públicos diante da especulação imobiliária (e a retenção de vazios urbanos), o aumento de favelados e de cortiçados – estes sendo subestimados nas estatísticas oficiais – além de violência, morte e outros fatores alarmantes. São Paulo da década de 90 não ficou imune aos problemas citados por Kowarick, pelo contrário eles se agudizaram e permanecem presentes na atualidade.

Dessa forma muitos ainda são os problemas a serem enfrentados por essa grande metrópole, a exemplo o da violência, fenômeno que preocupa não apenas as autoridades, mas, e principalmente a sua população. Tem-se ainda o acelerado processo de industrialização brasileira e São Paulo, ficou conhecida como a "grande locomotiva" acompanhada ainda por outro fator preponderante qual seja, o acelerado processo de urbanização. Ao mesmo tempo a grande evolução dos acontecimentos, passou a mostrar outros caminhos, considerando que ao lado do frenético crescimento econômico, surgiu de outro, ou seja, um processo de urbanização não apenas acelerado, mas de igual forma excludente com o aumento assustador do crescimento das desigualdades sociais cujos resultados se tornam numa gigantesca e perversa concentração espacial da pobreza. Nas suas análises Santos (1996) ressalta que não foi só o governo, mas inclui também a sociedade brasileira em peso que se

embriagou, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre o progresso e modernização. A tábua da salvação era a de estar nas cidades, locais onde o futuro já havia chegado com a finalidade para elas de desfrutar de fantasias como "emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos". Porém, "não aconteceu nada disso, é claro, e, ao poucos, os sonhos viraram pesadelos" (SANTOS, 1996, p. 2).

A industrialização em São Paulo no seu apogeu em princípio representou oportunidades de emprego e geração de renda para a população imigrante que saiu do campo na busca de fugir dos crônicos problemas que afetavam e ainda continuam a afetar o meio agrário brasileiro que sofre a forte dominação fundiária e a exploração do trabalhador rural. Nesse sentido, São Paulo - a cidade industrial se tornava uma grande miragem, ou seja, o sonho de mudança para a população pobre que vinha do campo. Por outro lado o que assistimos foi uma forte exclusão social que tem sua expressão mais concreta na segregação sócio-espacial das metrópoles, configurando pontos de bolsões de pobreza e miséria disseminadas no espaço urbano, como favelas, periferias além de áreas de riscos e altos riscos onde se concentra a população pobre. Assim, "[...] pauperização e espoliação são apenas matérias-primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas, há todo um processo de produção de experiências que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais" Kowarick (2000, p. 69) ou, em outras palavras: "[...] as condições materiais objetivas constituem as fibras em que a tecelagem permite múltiplas cores e desenhos" (Idem, p. 84).

JUVENTUDE(s): ALGUNS APONTAMENTOS

Diferentes visões conceituais têm sido atribuídas à juventude considerada por muitos como o momento primordial para as relações da vida grupal, da relação entre seus iguais e das experiências que interferem nos resultados de buscas, encontros, desencontros, inseguranças, curiosidades, medos, confusões, indefinições, mudanças, crises e crescimentos. Poucos são os que defendem que a juventude seja uma fase em que se tem permissão para viver com mais intensidade os questionamentos, discernimentos, entendimentos, sonhos. No geral, exige-se da juventude uma postura de compromisso e responsabilidade.

Na verdade, todas as visões conceituais vêm carregadas de valores e características da categoria social que as define. Está em jogo como cada grupo (instituições) deseja garantir que a juventude seja. Por isso, definir a categoria juventude torna-se um desafio, pois seu entendimento passa por uma situação polissêmica. Desta forma, as abordagens conceituais se fazem necessárias para compreendermos esta fase intermediária entre a infância e a vida adulta. Este período etário necessita, portanto, de olhares para além do período marcado por mudanças físicas do corpo humano.

Groppo (2000, p. 7-8) caracteriza a juventude como "categoria social", isto é, a juventude nesta perspectiva, é vista como uma "concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos". O autor afirma, ainda que a juventude, como camada social, não apenas passou por várias modificações ao longo do tempo, como também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muitas diferenças na realidade diária, devido a sua combinação com outras situações sociais, tais como, as diferenças culturais, nacionais e de localidade, e em função das distinções de etnia e de gênero.

Vale ressaltar, a juventude, apesar de ser vista como categoria social com características próprias desta fase, também deve ser analisada a partir de alguns paradigmas que merecem reflexão. Um deles diz respeito ao jovem como agente causador de problemas. Tais problemas relacionam-se aos rótulos impostos pela sociedade que percebe esta fase envolta de significados associados a aspectos negativos, haja vista os termos pejorativos que foram se formando com o passar do tempo, como "aborrecência", "delinqüência juvenil", "desagregação". Identifica-se, aqui, uma relação lógica de causa e efeito: se o jovem representa problemas sociais e risco a si mesmo e à sociedade, é preciso

prevenir a sua exposição a determinados fatores, especialmente aqueles que na sociedade moderna expõem a juventude das camadas sociais empobrecidas, a exemplo da violência.

Portanto, é necessário ter uma visão que contemple a totalidade, não apenas de sua própria história de vida, mas de outros fatores como os políticos, econômicos, culturais e sociais que nela incidem para compreender o que é juventude nas camadas pobres na contemporaneidade.

Obter uma compreensão sobre a juventude significa analisá-la e contextualizá-la do ponto de vista histórico e sociocultural, pois os aspectos econômicos, as transformações sociodemográficas, a classe social e as características daqueles que são jovens no campo, nas cidades, e ainda as interações sociais, ou seja, os fenômenos característicos da sociedade em geral (ARCE, 1999).

Segundo Groppo (2000, p. 9), a concepção de juventude fundamenta-se "em dois critérios" que, apesar de terem relações um com o outro, nunca se harmonizam totalmente: "o critério etário e o critério sócio-cultural". O primeiro sempre presente. O segundo demonstra que o jovem e seu comportamento modificam-se de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, os contextos nacionais e regionais, e ainda cabe apontar que o critério tempo é fundamental para entender tais modificações. Nota-se que a intenção é demonstrar que a categoria social juventude, da mesma forma que outras categorias sociais embasadas nas faixas etárias, apresentam uma importância fundamental para a compreensão de inúmeras características das sociedades contemporâneas, bem como do seu modo de funcionamento e de suas transformações.

De acordo com Herschmann (1997), a juventude contemporânea é oriunda de uma sociedade que convive com duas dimensões, ou seja, a fragmentação e a pluralidade. Tudo isso é o reflexo do processo de modernização que tem como balizador o capitalismo globalizado que nos últimos tempos operou mudanças culturais que se forjaram, e se engendram pela insatisfação da sociedade com a social-democracia, que não conseguiu atingir dois de seus objetivos principais, ou seja: a efetivação da cidadania e a melhoria das condições de vida da população especialmente projetos capazes de responder as expectativas daqueles jovens das classes empobrecidas os quais se limitaram nos espaços de invisibilidade permanecendo diante da sociedade como sujeitos que carregam uma identificação estereotipada e condenada. Não obstante, surge de outro lado, nesse contexto social um tipo de estrutura social que aproxima cidadania e comunicação de massa e consumo. Esse processo de homogeneização/fragmentação é resultado da dinâmica cultural contemporânea, desencadeada pelo capitalismo transnacional e pela impossibilidade de realização das utopias modernas. O funk e o hip-hop são exemplos dessa fragmentação/pluralidade. Os integrantes desses movimentos ocupam uma posição marginal e ao mesmo tempo central na cultura brasileira e, embora estigmatizados e excluídos, estão em sintonia com a era da globalização. Eles conseguem visibilidade e representação num terreno demarcado, paradoxalmente, pela exclusão e integração, sendo, portanto, espaços de (res) significação dos jovens das periferias e das favelas.

Por outro lado, o conceito de juventude como fenômeno social surgiu no século XX, e tem como base a sociologia funcionalista, preocupada com as disfunções e falhas no desenvolvimento do indivíduo no processo de socialização. Tal conceito é por outro lado variável e assim foi-se processando no desenvolvimento da sociedade ocidental.

Assim, a condição juvenil foi inicialmente representada pelas elites burguesas e desta forma, as expressões dos jovens das classes populares não eram reconhecidas como movimentos juvenis. Jovens oriundos das classes populares eram reconhecidos como delinquentes, desocupados e trabalhadores. Mas as transformações ocorridas no século XX, como por exemplo, o crescimento populacional, a urbanização, o crescimento econômico do pós-guerra, a expansão e a decadência da classe média, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a segregação socioespacial trouxeram consigo a emergência da juventude da classe média e, logo após, a juventude das classes populares dos bairros empobrecidos e das favelas, hoje denominadas de comunidades.

Os jovens pobres identificados com uma classe desviante ganharam um novo contorno, ou seja, esse "desvio" passa a ser um problema não apenas dos jovens pertencentes à população em-

pobrecida, mas de toda uma geração, incluindo-se nesta os jovens ricos. Portanto, há que se considerar o quão se torna complexo a construção de um conceito de juventude capaz de atingir toda a heterogeneidade do termo. Sposito (2003) e Dayrell (2005), por exemplo, trabalham a noção de juventude numa visão pautada pela diversidade, e utilizam o termo no plural, "juventudes".

"A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona" (DAYRELL, 2005, p.34).

Do ponto de vista das políticas públicas a categoria juventude entra para a agenda social apenas nos últimos anos, pois de acordo com Camarano e Mello (2006) havia um aspecto que se configurava pelo temor da explosão demográfica, entre outros. Observa-se que quase 30% da população brasileira se encontram na faixa etária entre 14 e 20 anos de idade. E, diante desse contexto,

> [...] novas questões foram sendo adicionadas ao debate sobre juventude, tais como: instabilidade e precariedade na inserção para o mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência nas grandes cidades, taxas crescentes prevalentes sobre a mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids (CAMARANO e MELLO, 2006, p. 13).

E importante ressaltar que todas essas diferenciações, conjugadas às mudanças observadas nos processos de transformações e da sociedade nas últimas décadas, abrem múltiplas possibilidades e estilos de ser jovem e de se tornar adulto. Compreendê-las pode contribuir para outra perspectiva como a definição de juventude pode mudar no tempo e no espaço, bem como os seus processos de transição.

PERIFERIA: O LUGAR DO OUTRO

> Este lugar é um pesadelo periférico
> Fica no pico numérico de população [...] Todo mundo sente medo de sair de madrugada e tal. [...]
> Periferia é periferia.
> Periferia é periferia.
> Milhares de casas amontoadas [...] Vários botecos abertos. Várias escolas vazias.
> Periferia é periferia. (Racionais Mc's)

Na epígrafe da musica "Periferia é periferia" os Racionais Mc's, denunciam o paradoxo do lugar ocupado por aqueles que não usufruem de espaços urbanos mais centrais e fazem das periferias das cidades seus locais de moradia. A sociologia brasileira desde os anos de 1970, analisa intensamente a pobreza urbana e, dentre as análises têm-se ocupado dos espaços urbanos os quais são preponderantemente habitados por grupos sociais cujo lócus se denomina de 'periferias' – espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana. Esses espaços que se predomina aceleradamente se constituem de loteamentos irregulares e de forma ilegal de grandes propriedades, sem o cumprimento das exigências para a aprovação do assentamento no município. A maioria das casas que ocupam esses locais pode ser considerada de 'autoconstruída'. "Essa solução de moradia tornou-se predominante em São Paulo", porém as favelas (uma outra solução de moradia tradicional para os pobres) também estejam presentes. (TORRES; MARQUES; FERREIRA e BITAR, 2003, p. 98).

Para Silva; Barbosa; Bitete e Fernandes (2009) do ponto de vista paradigmático o que se denomina de favelas é a ausência, pelo que não seria ou pelo que não teria, ou seja, um espaço destituído de infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo, sem arruamento, globalmente miserável, sem regras, sem ordem, sem lei, sem moral, ou a expressão do caos que representa a sua homogeneização e estão presentes em diferentes sítios geográficos em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas – e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes

equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e ausência do poder público, com variadas características socioambientais, onde as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto, é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular e as contradições que nelas se apresentam são características de médios e grandes centros urbanos no Brasil, destacando-se o fato de que ambas dizem respeito às formas de segregação socioespacial.

As periferias são vistas por Passetti (2002) como campo de concentração pela ótica do Estado como locais de acusações insuportáveis elevadas à condição de extermínio por meio de confrontos internos (entre cidadãos, jovens, policiais, seguranças, segundo celebração de acordos mútuos, rompimento de pactos, execuções sumárias) e recrutamento penal para o sistema prisional por meio da captura do infrator. Esses jovens são remetidos automaticamente a um processo de estigmatização, ou seja, muitos dos jovens das periferias urbanas pobres são assimilados ou rotulados como "delinqüentes perigosos".

As periferias brasileiras cresceram muito nos últimos anos, contudo há uma carência de estudos que se aprofundem sobre as novas configurações das grandes e médias cidades brasileiras, principalmente pelo caráter recente do fenômeno, há uma intensificação da urbanização dessas cidades nos últimos anos. Estima-se que nos últimos dez anos a população das oito principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Vitória) passou de 37 milhões para cerca de 43 milhões. A taxa de crescimento das áreas centrais foi de 5% e das regiões periféricas de 30%. Os jovens da periferia e, também de pequenas cidades, e seus processos de resistência são o que temos de mais original nessa última década. No entanto, as políticas públicas têm o dever de voltar-se para eles, num movimento de reconhecimento de suas reais necessidades.

No entendimento de Ivo (2010) a periferia é o lugar a partir do qual se pode interrogar a questão social no espaço urbano. Trata-se assim de um lugar onde a crise urbana se expressa de forma agudizada, sem contar o processo recente de precarização social e das desigualdades sociais nessas cidades. Portanto a periferia é um lugar de vivência contraditória porque nela, amplos segmentos populares adensados pela expansão imobiliária e pelo disciplinamento do espaço urbano promovido poder público dividem suas experiências e vivências dolorosas. A condição de "periférico", portanto, não é natural, mas representa um ponto de vista do "outro", ou seja, dos atores hegemônicos sobre o espaço construído e normatizado das cidades.

O padrão de crescimento do Município de São Paulo tem sido, a partir dos anos 40, de contínua expansão da mancha urbana para a periferia. "A essa periferia associa-se todo um quadro de carências, o lote próprio em loteamento irregular e a casa autoconstruída". Se, de um lado, há indícios que a autoconstrução não está aumentando em lotes próprios, ela aumenta fortemente em lotes invadidos. "As favelas urbanas estão se periferizando, e o crescimento da cidade nos anos 90, embora pequeno, ocorre fundamentalmente na periferia". (TASCHNER; BOGUS, 2001, p. 34).

Não obstante a Capital - São Paulo encontrar-se submersa em zonas periféricas onde predomina majoritariamente a favelização, por outro lado a cidade vem procurando se modernizar do ponto de vista urbanístico, no entanto não são poupadas algumas críticas como se pode observar por intermédio de Santos (1990), Someck (1997) e Maricato (2002) ao afirmar que o modelo urbano pelo viés modernizador resultante é incompleto, além de seletivo, reforça e recriam o atraso por intermédio de novas formas como contraponto à dinâmica de modernização. Apesar dos novos planos de urbanização adotados recentemente na cidade de São Paulo permanece a ideologia desses, embora com a antiga roupagem.

Essa seletividade cria por outro lado as diferenças sociais, econômicas, culturais e etc., que se espacializam nos respectivos espaços dos processos sociais e que podem ser responsabilizados por tais diferenças, pois a espacialização é, por si mesma, a expressão de uma relação entre as diferenças sociais e o território, este último segundo Koga (2003, p. 33) "representa o chão do exercício da cidadania", no entanto é no território que "as desigualdades sociais" se acentuam nas condições

de vida dos cidadãos, ou seja os moradores de uma mesma cidade, seja pela ausência/presença dos serviços públicos os quais se tornam desiguais. Portanto, a localização de atividades ou pessoas no território depende das condições que o território apresenta e do poder de escolha dos grupos, da sua maior ou menor liberdade de escolha e das condicionantes sociais formado por grupos elitizados e dominantes os quais têm maior liberdade de escolha de localização em relação às oportunidades que o território apresenta e usufruem adequadamente das vantagens que são oferecidas do ponto de vista locacional.

Esses territórios se formam no bojo do processo de urbanização excludente, que tem por base as desigualdades sociais e econômicas, especialmente num contexto de forte concentração de renda e de poder. É nos territórios da segregação e da pobreza, que a violência se manifesta em todos os seus aspectos: omissão do Estado, quebra do contrato social, falta de acesso à saúde, à cidadania, à instrução, à formação profissional, ao mercado de trabalho, à segurança e às infra-estruturas urbanas. É a urbanização sem urbanidade, sem justiça social. A urbanização excludente cria um crescimento anárquico que permite a produção de espaços onde impera "o mandonismo característico das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas e as favelas, exercido fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física, sem qualquer resquício de legitimidade é intrinsecamente criminoso" (ABRANCHES, 1994, p. 127).

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE(s): UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

A noção de violência é, por princípio, ambígua. Não existe uma única percepção do que seja violência, mas multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro, ou nos dizeres de Porto,

> a dificuldade por vezes ressentida, ao se definir violência, decorre do fato de que, não se tratando de um conceito sociológico, mas de uma categoria empírica de manifestação do social, sua compreensão é dependente dos arranjos societários de que emerge. Daí a recorrência das análises onde a violência é caracterizada como algo ambíguo, relativo. (PORTO, 2000, p. 189).

Portanto, encontrar uma definição para situar a gravidade da violência que se prolifera na nossa sociedade não é uma tarefa simples, pois as propostas que se propõem em defini-la "[...] falam de muitas práticas, hábitos e disciplinas, de tal modo que todo comportamento social poderia ser visto como violento, inclusive o baseado nas práticas educativas, tais como na idéia de violência simbólica" proposta por (BOURDIEU 2001, apud, ABRAMOWAY, 2002, p. 17).

Neste sentido, na formulação de conceitos há também de se considerar o lugar e o tempo histórico que se examina, pois, há uma tendência de conceituar a violência de forma mais abrangente do que relacioná-la com atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas, conforme a seguinte definição:

> [...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror, [...] (CHAUÍ, 1999, apud ABRAMOWAY, 2002, p. 17).

Não obstante, o Brasil contemporâneo vivencia uma situação paradoxal concernente à violência que abate sobremaneira a juventude, principalmente as parcelas de jovens oriundos de segmentos sociais pauperizados. Esses jovens se debatem, cotidianamente, nas malhas das violências social, psicológica e simbólica, as quais se acham enredadas nas estruturas e conjunturas sociais instituídas

e que os destituem da condição de sujeito social e os remetem, incondicionalmente, para o lugar da apartação social. Baierl e Almendra (2002, p. 59) colocam que a violência, hoje em todas as suas manifestações, sem dúvida alguma é o principal problema que estamos enfrentando, "pois deixou de ser um fato exclusivamente da área policial para se tornar um problema social que afeta a sociedade como um todo". Neste sentido corrobora-se com a análise das autoras, pois a sociedade está com medo, está aterrorizada frente à falta de perspectivas e de soluções para enfrentar o aumento desenfreado da violência atualmente vem ceifando a vida dos sujeitos sociais na nossa sociedade, sem que haja um plano de combate a esse fenômeno presente no cotidiano e que atinge todas as classes sociais.

Fraga (2002, p. 47-53) ao realizar uma reflexão sobre a questão da "violência", destaca que esta é uma "forma de dilaceramento social", e que "[...] para se compreender a razão da presença da violência no meio da juventude, é preciso primeiro compreender 'o modo de ser' da própria juventude na sociedade moderno-contemporânea (ou do capitalismo tardio)" – (grifo da autora). Reitera, ainda, "[...] que a vinculação da juventude com a violência não é natural, nem escolha original da juventude. Ela é uma forma de sobrevivência psicossocial, de reconhecimento alternativo frente aos bloqueios do sistema".

Passetti (2002) discute a violência considerando a complexidade da questão ressaltando que os conceitos desta categoria ainda não se apresentam claros, porém frisa os esforços dos vários autores que estudam a temática e aponta um fator preocupante para essa onda da violência, ou seja: os jovens, que além de perpetradores, foram e são também as vítimas da questão da violência urbana. Esta preocupação cresce e se efetiva em escala, principalmente, para aqueles jovens que são moradores das periferias urbanas, que nela nasceram e continuam se debatendo pela sobrevivência.

"No Brasil, a violência, sobretudo urbana, está posta no centro do dia-a-dia, ocupando as manchetes dos jornais", segundo Chesnais (1999, p. 53), ao acrescentar que,

> A violência oculta atrás dos muros das casas, a violência sexual, as rixas familiares e as crianças espancadas só são conhecidas muito parcialmente, mesmo em caso de falecimento das vítimas; as circunstâncias das mortes são, então, esmagadas sob uma capa de silêncio. [...] A sociedade brasileira é uma das mais desiguais, uma das mais estratificadas que existe. Aqui se encontra a mais extrema pobreza ao lado da mais fabulosa riqueza. Continua sendo o país dos privilégios, pois a recessão econômica diminui a mobilidade social. (CHESNAIS, 1999, p. 54-5).

Wieviorka (1997) coloca que houve uma profunda renovação na questão da violência, atual, pois os seus significados de suas expressões mais concretas estão caracterizados nas mudanças que ocorreram desde o fim dos anos 60 e dentre os significados os mais decisivos de hoje, alguns possuem semelhanças àqueles que caracterizaram o início da era industrial, ou seja, naquele momento, as classes que contestavam eram vistas como classes perigosas e que, em um país como, por exemplo, na França, os fenômenos de bandos e condutas de violência juvenil imputadas aos 'Apaches' ocupavam as colunas da imprensa.

Assim, vive-se numa conjuntura onde um dos temas mais presentes e que aguçam o debate público é a preocupação do envolvimento de jovens com o mundo da violência. Consequentemente está cada vez mais presente as discussões sobre as formas de controle e contenção para combater a delinqüência juvenil que vem tomando proporções incomensuráveis nos últimos anos. De acordo com dados do IBGE (2008), as mortes violentas, somente dos jovens da faixa etária dos 15 aos 24 anos, representaram 67,7% dos óbitos.

Para que este quadro de elevada mortalidade e morbidade por violência no Brasil seja compreendido na sua amplitude, é necessária a discussão de determinados termos e conceitos como: desigualdade, injustiça, corrupção, impunidade, deterioração institucional, violação dos direitos humanos, banalização e pouca valorização da vida (MINAYO; SOUZA, 1999).

A violência alcançou grande dimensão que pode ser considerada como infrapolítica, pois é, ao mesmo tempo, causa e efeito da conjuntura (MINAYO e SOUZA 2003). Ela se constitui um fenômeno social e histórico de conceituação complexa que encerra eventos de natureza diversa, relacionados às estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais e comportamentais, que, muitas vezes, fundamentam e legitimam atos violentos. Este fenômeno apresenta uma forte associação com a pobreza resultante das desigualdades sociais e da exclusão, revestindo-se de complexidade seja pela multiplicidade de seus determinantes, ou pela variedade de abordagens e potencialidades de intervenção (MALTA et al. 2007). Como em uma epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual, que alimenta e mantém ativos os focos de violência, em especial, aqueles expressos nas relações intrafamiliares, de gênero, de classes e nas instituições (MINAYO e SOUZA, 1993).

Chesnais (1999) ressalta outra questão a nosso ver importante para justificar o aumento da violência, ao destacar os meios midiáticos e aponta a televisão que se tornou o "quarto poder", seguida do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Alerta-nos que a televisão, enquanto um veículo onipresente, ela forma as consciências, especialmente num país como o nosso onde a escola é fraca e, as crianças permanecem diante da tela na maior parte do tempo livre, e ainda, as televisões incentivam as pessoas cotidianamente, a apologia do dinheiro fácil e da violência que se exacerba, e ao mesmo tempo, o império da mídia banaliza a violência.

A banalização da violência na sociedade compromete o mundo de amanhã das crianças, sobretudo daquelas que moram nas periferias, onde o tráfico de drogas se instalou, criou novas leis e introduziu armas na população infantil, via de regra, utilizadas por "gente grande" que não se importa se morrerá hoje, ou amanhã.

Em complemento, Oliveira (1986, p. 21) afirma que: "O papel da imprensa numa sociedade democrática não é o de instalar ódio e vingança na opinião pública, provocando sede de sangue em hordas incautas e cegas, aumentando mais a violência e o crime. A era medieval não pode retornar".

Na opinião de Cassab (2000, p. 9) existe uma estreita relação entre a violência sofrida pelos jovens e o "cotidiano de desproteção" que perpassa a vida do segmento representativo da juventude, visto que nesta fase da vida ocorre "uma passagem da condição de crianças pobres, vistas como vitimas inocentes e objeto de certa comiseração social, para a de personagens agressivos, potencialmente perigosos, que devem estar sob constante vigilância". Tal passagem é agravada com "o desmantelamento das redes de proteção social que, já débeis na infância, se desfazem nesse período da vida para os jovens das classes subalternas".

O desafio posto é compreender as manifestações da violência para além do patamar explicativo que a relaciona diretamente à pobreza, mas sem desconsiderar que a violência constitui também uma das manifestações da questão social, ou seja, as desigualdades e o não-acesso à riqueza e cidadania. Portanto, o enfrentamento da questão requer a implementação de políticas públicas capazes de superar a condição vulnerável desses sujeitos (ABRAMOVAY, 2002).

Por outro lado, a certeza de saber que aqueles que poderiam ouvir, e com isso fazer algo, parecem estar surdos, constitui-se na maior angústia diante do caos ora apresentado. Levanta-se a questão: realmente são surdos ou não querem ouvir? Ou ouvem e não atribuem sentidos? Não podemos saber... Contudo, foram e são encontrados muitos estudos de peso já realizados sobre os jovens que vivenciam cotidianamente a violência urbana. São estudos que trazem reflexões e propostas para procedimentos mais éticos e mais humanos, mas que, infelizmente, figuram ou permanecem apenas na condição de registros e base para novos estudos que problematizam a questão.

Tem-se ainda, que a associação entre juventude e violência não é uma inquietação exclusivamente própria das sociedades que vivem acentuadas desigualdades sociais e onde as políticas sociais governamentais, ainda que se esforcem por minimizá-las, não logram assegurar direitos sociais fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes.

Desconstruir a violência que atinge os vários segmentos sociais exige, portanto, um grande envolvimento dos sujeitos, das instituições e da sociedade em suas multidimensionalidades – física, mental, emocional, ética, espiritual, econômica, jurídica, política. O fenômeno da violência, em sua complexidade e multicausalidade, têm atingido os jovens, que ao se envolverem, quer na condição de vítimas, ou na de perpetradores, terminam por sofrer alguma forma de exclusão, ou seja, quando vitimados, ocorre a exclusão da própria vida, ou do "estado de completo bem-estar físico, mental e social". (OMS, 1948).

Segundo Gilberto Velho (2000) a violência não se limita ao uso da força física, mas à possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza, associando-a a uma idéia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro.

O que especifica a violência é o desrespeito, a negação do outro, a violação dos direitos humanos que se soma á miséria, á exclusão, á corrupção, ao desemprego, á concentração de renda, ao autoritarismo e as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

JUVENTUDE(s) E VIOLÊNCIA URBANA

> "É um absurdo um país com tanta terra ociosa assistir sua população vegetar na periferia das grandes cidades". (Betinho)

O estudo publicado na obra de SILVA, (2004) intitulada "Justiceiros e violência urbana" o autor faz uma alerta chamando à atenção de que a violência hoje precisa ser analisada não como um processo isolado, mas como um processo amplo, heterogêneo e multifacetado, pois tal processo traz no seu bojo um complexo circuito que se imbrica diretamente com as condições sócio-históricas de uma dada sociedade, mas que tem particularidades do ponto de vista das condições regionais e locais. Ou seja, usando outras palavras, a violência que vem abatendo o Brasil, "deve ser explicada como um processo intrínseco à estrutura social, política e econômica, nacional e internacional, situada em uma dada época, que, ao mesmo tempo, se materializa, apoiada em traços culturais (grupos e pessoas) manifestados, imediatamente, em âmbito local". Portanto, é a partir de uma leitura radicalmente histórica é possível perceber que esse processo se produz e se reproduz no Brasil, contando, ao mesmo tempo, com uma 'cultura da violência' gestada na convivência das elites com os segmentos populares. (SILVA, 2004, p.11).

Merece destaque a análise Soares (2004), ao discutir sobre a questão da juventude e da violência no Brasil contemporâneo, ao trazer a seguinte reflexão,

> a violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia [...]. Como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são, sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino entre 15 e 24 anos que têm pagado com a vida o preço da nossa insensatez coletiva [...] apesar de não estarmos em guerra, experimentamos as conseqüências típicas de uma guerra [...]. Cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano no Brasil. Em algumas regiões das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, os números chegam a patamares ainda mais alarmantes. (SOARES, 2004, p. 130-131).

Diante desse panorama, a pesquisa realizada por Waiselfisz em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em fevereiro de 2002, sobre o Mapa da Violência III (Síntese), traz os seguintes dados sobre a questão da violência no Brasil conforme os dados seguintes,

> enquanto a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 para 573 em 100 mil habitantes em duas décadas (de 1980 a 2000), a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para 133 no mesmo período, fato já altamente preocupante. Contudo, a mortalidade entre os jovens não só aumentou como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os "novos padrões de mortalidade juvenil". [...] As epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas, progressivamente, pelas denominadas "causas externas" de mortalidade, principalmente os acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) permitem verificar essa forte tendência. Em 1980, as "causas externas" já eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Vinte anos depois dos 45.310 óbitos juvenis, 31.851 foram originadas por causas externas, pelo que esse percentual elevou-se de forma drástica. No ano 2000, acima de 2/3 de nossos jovens (70,3%) morreram por causas externas e o maior responsável foram os homicídios. [...] No conjunto da população, só 12,2% do total de mortes no país são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens, as causas externas são responsáveis por mais de 70% dos óbitos. Se na população total, só 4,7% dos óbitos deve-se a homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,2% das mortes. Porém, em alguns estados, como Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, algo em torno da metade, ou mais ainda, das mortes de jovens são produto de homicídios. Acidentes de transporte são responsáveis por mais 14,2% dos óbitos juvenis, e suicídios, por mais 3%. Em conjunto, estas três causas são responsáveis por mais da metade (56,4%) dos óbitos juvenis. (WAISELFISZ, 2002, p. 3-4).

Waiselfisz (2007) destaca uma evolução representativa dos homicídios no país, a exemplo, de 1994 a 2004, o número total de homicídios registrados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) teve um aumento de 32.603 para 48.374, o que representa um incremento de 48,4%, índice em muito superior ao crescimento da população no mesmo período, efetivado na ordem de 16,5%.

De 1994 até 2003 verificou-se um crescimento regular e assustador de homicídios, com incrementos que se elevaram à ordem de 5,1% ao ano. Em 2004, no entanto, houve uma reversão considerável na tendência histórica: o número de homicídios caiu 5,2% em relação a 2003, fato diretamente imputável às políticas de desarmamento desenvolvidas na ocasião e que tendem a ser retomadas no ano de 2008, conforme informado recentemente pela mídia no início de fevereiro deste ano.

Os Estados que apresentaram o maior crescimento no índice de mortes por violência foi Pernambuco, seguido pelo Espírito Santo e Rio de Janeiro com taxa em torno de 50 homicídios a cada 100.000 habitantes. Entretanto, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina apresentaram no período uma taxa em torno de 11 ou 12 homicídios a cada 100.000, ou seja, um índice cinco vezes inferior aos efetivados nos outros Estados. Apesar disso, esta é uma primeira evidência que permite afirmar que a escalada da violência homicida no país avança vitimando preferencialmente a juventude.

Se as taxas de homicídios totais do Brasil já são muito elevadas em relação ao contexto internacional, tal condição é ainda muito mais assustadora se avaliado o segmento juvenil, pois os índices de homicídio juvenil são proporcionalmente superiores em 100 vezes aos números efetivados em países como Áustria, Japão, Egito ou Luxemburgo. E mais, a distribuição no território nacional se apresenta extremamente desigual, indo de extremos como Rio de Janeiro e Pernambuco, que ultrapassam a casa dos 100 homicídios em cada 100.000 jovens, até o Rio Grande do Norte, Maranhão ou Santa Catarina, que não chegam a computar 20 homicídios em uma população de 100.000 jovens (WAISELFISZ, 2007, p. 68).

A continuidade e o incremento da violência cotidiana na vida brasileira configuram-se como aspecto que representa a problemática da atual sociedade de como a organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifesta-se nas diversas esferas da vida societal. O fenômeno da violência e sua "contrapartida", qual seja, "a segurança cidadã", têm-se convertido

como uma das maiores preocupações não apenas no Brasil, mas também nas Américas e nos demais paises do mundo todo, haja vista as evidencias "de diversas pesquisas de opinião pública". (WAISELFISZ, 2011, p. 9).

Embora o crescimento da violência seja sentido pela população toda, estudos têm demonstrado que sua distribuição ocorre de modo desigual pela cidade. Grosso modo, pode-se afirmar que os crimes contra a vida (homicídios) concentram-se mais nas regiões periféricas, enquanto os crimes contra o patrimônio concentram-se nas regiões centrais – onde também se observa maior concentração e circulação de riquezas.

Adorno (2002, p. 113-114) chama a atenção ao mencionar que a violência no Brasil vem crescendo desde meados da década de 70, contribuindo desta forma para aumentar o sentimento de medo e insegurança, diante da expectativa, cada vez mais provável, de qualquer cidadão, independentemente de sua condição de "raça, classe, cultura, gênero, geração, credo ou origem étnica e regional", ser vítima de uma ofensa criminal. Frisa que as estatísticas oficiais de criminalidade indicam, "desde há pelo menos duas décadas, de todas as modalidades de violência e crime, em especial aquelas que envolvem a prática de violência como os roubos, os seqüestros, os estupros e especialmente os homicídios". Em todo o País, os alvos preferenciais dessas mortes são "adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas". É muito provável que parte significativa dessas mortes se deva aos "conflitos entre quadrilhas, associadas ou não ao tráfico de drogas". A esse quadro, conviria agregar graves violações de direitos humanos, entre as quais as mortes praticadas por policiais em confronto com civis, suspeitos de haver cometido crimes, como também aquelas cometidas por justiceiros e grupos de extermínio.

Ao longo das décadas de "1980 e 1990", houve uma significativa intensificação de casos de linchamentos em todo o Brasil, onde destaca as regiões metropolitanas de São Paulo (SP) e de Salvador (BA). A esse cenário agregam-se ainda 'as mortes violentas provocadas por tensões nas relações intersubjetivas que compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos'. (ADORNO, 2002)

Desde a década passada, estudos sociológicos identificam, de modo geral, três ordens de explicações: a) mudanças nos padrões de criminalidade e violência; b) crise no sistema de justiça criminal; c) desigualdade socioeconômica e segregação urbana. A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinqüência e violência estão hoje bastante contestadas em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras como o Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba e São Paulo indicam que as taxas de homicídios são flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infra-estrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura.

Essa violência urbana coloca em risco social os jovens que experimentam situações em que colocam em risco social e vulnerabilidade as suas vidas, pois moram em locais periféricos sem a devida valorização, e têm como marcas a ausência do Estado e das instituições públicas, ou seja, abandonados pela lei cujo contrato social ao ser rompido abriga a população excluída socialmente e espacialmente periferizada. Por outro lado, as periferias são os locais onde o crime organizado se instala, considerando que oferecem a localização privilegiada para o estabelecimento do território do crime, ou seja: a ilegalidade, a ausência de segurança pública, a ausência das instituições de controle público e a informalidade. Nesses espaços as organizações criminosas se apropriam dos locais que estão mais vulneráveis para então articular as suas ações pela ação da criminalidade.

Assim, esses espaços deteriorados onde o poder público se faz ausente há uma facilidade para instalação da organização criminosa que se utiliza da população excluída a qual habita esses locais. Geralmente referida organização criminosa fornece armas à população para servir aos seus

propósitos, bem como submeter os jovens para os seus serviços. Além da violência, outras ações perversas atuam sobre a população nesse lugar no qual se criam, então, os territórios de risco que alimentam as exclusões e a vulnerabilidade.

Tem-se ainda que, a mobilidade social da população fica bloqueada, associada à ordem criminosa. Um verdadeiro desenvolvimento sócio-espacial é bloqueado pela "asfixia de organizações comunitárias, tolhimento da liberdade dos moradores" (SOUZA, 1996, p. 426).

Desta forma, o crime organizado age no sentido de acentuar a exclusão social e impedir o desenvolvimento desses enclaves do espaço urbano, pois a criminalidade se favorece da pobreza que se torna funcional para o crime e este contribui para aumentá-la, inclusive gerando novas exclusões pela via da inclusão ou, da inclusão perversa nos dizeres de Martins (2003), de jovens pobres tanto no vício quanto na criminalidade, e ainda, na cooptação das comunidades carentes e no descrédito nas instituições da sociedade organizada. Assim como a violência, outras ações perversas atuam sobre a população, nesse lugar. Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, durante entrevista recente concedida a Raika Julie Moisés aos 06/06/12, quando questionado sobre os homicídios que envolvem jovens e adolescentes acrescentou que,

> o Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de "epidemia de indiferença", quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratado como uma verdadeira calamidade social. Esses jovens em risco são submetidos cotidianamente a um processo que os transforma em ameaça, os desumaniza, viram "delinquentes", "traficantes", "marginais" ou, às vezes, nem isso, apenas "vítimas" de um contexto de violência e discriminação ao qual a sociedade prefere virar às costas e olhar para o outro lado, com raras exceções. Isso ocorre devido certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do Estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado.

Assim, a problemática da violência que atinge os jovens poderia ser explicada pela situação de vulnerabilidade dessa faixa de risco. Entende-se que a vulnerabilidade resultaria da interação entre as condições apresentadas pelo território (estrutura de oportunidades/riscos) e as características sociais, econômicas, culturais e políticas da população do lugar (seus ativos sociais, seus potenciais, sua inserção ou exclusão, periferização e ou segregação).

A violência no Brasil – em especial os crimes considerados violentos – cresceu muito nos últimos anos. Diversos estudos demonstram que os jovens são as maiores vítimas desse tipo de violência. Consideram ainda, que a falta de políticas públicas direcionadas ao publico jovem, a grande quantidade de armas disponíveis e sem controle além da intensificação do tráfico de drogas, principalmente nas periferias das grandes cidades, são fatores preponderantes que contribuem para o adensamento da vitimização juvenil. São esses aspectos articulados entre si respondem pelas altas taxas de letalidade dessa população.

O Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em parceria com o UNICEF, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Organização Não Governamental Observatório de Favelas, divulgaram uma pesquisa em agosto de 2009, onde projeta que o número de mortos na faixa etária entre 14 e 19 anos chegará a 33.504 entre 2006 e 2012, sendo que metade desses crimes acontecerá nas capitais. A chance de um jovem morrer por arma de fogo é três vezes maior, em comparação com outras armas.

A violência faz parte do processo civilizador da humanidade Elias (1994). Institui-se de diversas formas nas diferentes estruturas sociais e contingências históricas. O que vem chamando atenção, mais precisamente, a partir do final do séc. XX, é o foco da violência na juventude, sobretudo aquela realizada no espaço urbano. No Brasil, o tráfico de armas e de drogas se intensificou, as incidências cotidianas de pequenos furtos, assalto à mão armada e homicídios também cresceram, ocupando espaço significativo das manchetes nos meios de comunicação de massa. Presencia-se um caminhar para a banalização da violência urbana que, dia após dia, invade o cotidiano das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos ainda são os problemas gerados nas últimas décadas impulsionados principalmente pela ausência de políticas publicas que garantam no mínimo o sentimento de cidadania e justiça social para a população pobre.

Observar a realidade concreta de jovens habitantes das periferias urbanas, um olhar mais atento já constata que estes se encontram submerso numa situação de "exclusão social" cuja concepção é utilizada para explicar as desigualdades sociais em geral, cuja concepção pode-se ampliar para aqueles sujeitos que habitam nas favelas, sem-tetos, sem terra, moradores de rua, entre outros setores mais expropriados das classes trabalhadoras urbanas e rurais. Portanto, com dificuldades de reconhecerem-se como sujeitos capazes de intervir em seu mundo. Cidadania - e seus termos correlatos - no mais das vezes, é entendida como algo abstrato, inalcançável.

Tal situação é uma dentre as várias questões que remete às condições de vida da juventude inserida em classes populares moradoras das periferias urbanas, especialmente quando se vislumbra pensar na sua auto-estima e protagonistas das suas histórias. Mas de que tipo de protagonismo se fala ao considerarmos que as diversas modalidades de violência estão em elevado crescimento, especialmente nos centros urbanos ao longo dos últimos vinte anos, bem como, o nível dramático com que estes eventos têm se caracterizado - principalmente depois da expansão do tráfico de drogas e armas que propiciaram uma atmosfera em que vigora a sensação do medo social e esta atmosfera passa a ser partilhada por uma boa parte da sociedade que se encontra aterrorizada? Por outro lado, a sociedade reflete também as contradições que remetem ao final de século e ainda permanece, onde a globalização da economia e a mundialização da cultura estruturaram paradoxalmente seus contrários: exclusões, localismos e territorializações. Rompem-se assim, barreiras internacionais e criam-se fortes e intransponíveis barreiras internas. Estas são, portanto, algumas questões que permitem pensar o universo social da juventude no Brasil, especialmente a juventude pobre, um segmento que vivencia, cotidianamente, moradias precárias em bairros periféricos e favelas, o não acesso à escolarização, à inserção no mercado de trabalho, o agravamento de violências.

Em que pese algumas iniciativas por parte Organizações Governamentais e Não Governamentais, parece que segmentos da juventude pobre só conseguem exercer a propagada visibilidade quando passam a participar de grupos de diferentes naturezas: organizações de caráter cultural, artístico, partidário, religioso, esportivo, etc. Por outro lado, esta noção de visibilidade pode implicar também níveis diferenciados de participação, quando esta ocorre a partir de um grupo local, por exemplo, até a participação efetiva na esfera das políticas públicas, via Conselhos representativos.

Mas tudo isso é ainda muito incipiente diante de uma população juvenil, onde muitos para adquirir visibilidade o fazem pelo avesso por intermédio de atitudes consideradas ilícitas, ou seja, aliam-se ao tráfico de drogas como uma forma de inclusão, porta armas que se associa à virilidade, cometem assaltos, entre outros crimes. Aqui comporta mais uma indagação: E as políticas públicas como educação, trabalho, segurança, esporte, cultura e lazer que deveriam respaldar a vida desses jovens na sua totalidade estão atuando de costas para os mesmos?

Observa-se que para o universo juvenil como para os demais que necessitam das políticas públicas estas ainda ocorrem fragmentadas, compensatórias, focalistas, etc., e embora formuladas na perspectiva de defesa dos direitos ainda não se articulam com representações sociais e possibilidades de inserção deste segmento de tal forma que sejam atendidos na sua plenitude. As observações colocadas representam esboços de análise sobre consensos acerca de determinadas expressões, demasiadamente usadas, mas nem sempre cumpridas na prática, como por exemplo, a tão falada visibilidade juvenil que somente ocorre na vida do jovem pobre quando é deflagrada por situações onde os mesmos se encontram envolvidos em atos de naturezas delituosas.

De certo, esse ciclo perverso da violência que vem abatendo a sociedade se configura como uma realidade concreta vivenciada e experimentada pela população brasileira especialmente nas últimas décadas, principalmente, na medida em que as desigualdades sociais se agudizam. Conse-

quentemente nas periferias urbanas cria-se o "poder paralelo" que aterroriza a ordem pública, se utilizam dos jovens nas suas ações sem que o poder público se mobilize para criar estratégias capazes de combater o crime organizado, a extorsão, o tráfico de drogas entre outros, e em assim sendo, a violência urbana tende a se intensificar de forma mais acentuada na nossa sociedade, e mais concretamente nos espaços onde as desigualdades sociais são aviltantes. De fato, a violência se apropria dos espaços negligenciados nas suas ações pelo poder publico e nesse aspecto ela se apresenta como uma alternativa para essa população excluída e pouco inserida no mercado legal, principalmente o crime organizado do tráfico de drogas que se territorializa nas favelas e nas periferias de nossas cidades, assim como de ilegalidades que são associadas à violência na busca de representações ou integração, ou ainda nos dizeres de Castels (1996) "integração perversa" que se refere à economia do crime, pois dessa forma, as pessoas se inserem no mundo da informalidade como a única saída para os problemas causados pelo capitalismo excludente, no entanto, muitas delas ligadas ao tráfico de drogas, contrabando, etc., ou seja, quanto mais o capitalismo gera desigualdades sociais, maior será o contingente de pessoas que partirão para essa "integração perversa" como forma de ganhar a vida e sobreviver, num sistema tão desigual e excludente. Ou ainda, nas palavras de Zaluar (2004) de que existe uma "integração perversa" entre pobreza e tráfico de drogas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Souza; MARTINELLI, Claúdia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 192 p.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5-6: p. 25-36, 1997.

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO João Paulo dos Reis. (org.) **Fórum Nacional**: A construção da modernidade econômico-social. Governabilidade, sistema político e violência Urbana. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1994.

ADORNO, Sergio. As cidades brasileiras no século XXI: qualidade de vida. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. **Parcerias Estratégicas Edição especial**: Memória da conferência nacional de ciência, tecnologia e inovação. Volume 2 São Paulo: CGEE, 2002.

ARCE, José Manuel Valenzuela. **Vida de barro duro**: Cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BAIERL, Luzia de Fátima; ALMENDRA, Carlos Alberto da Cunha. A dinâmica perversa do medo e da violência urbana. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, julho 2002. nº 70. Ano XXIII, p. 59-74.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.) e MELLO, Juliana Leitão. T**ransição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

CASSAB, Maria Aparecida Tardim. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intercontexto, 2001.

CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de S. Paulo**, 14 de março de 1999. (Caderno Mais!, p. 3-5)

CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para sua prevenção. (Tradução Ida Maria Rebelo Pereira). In: MONTEIRO, Maria da Conceição N. (Org.). **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: 1999. nº 4. p.53-69.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, jul. 2002. nº 70. Ano XXIII, p. 44-58.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HERSCHMANN, Micael. **Abalando os anos 90**: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010.

IVO, Anete B. L. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 9-15, Jan./Abr. 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**: fotografias de Tomás Rezende. São Paulo, Editora 34, 2000.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 14(4) 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MALTA, Deborah Carvalho, et al. Iniciativas de vigilância e prevenção de acidentes e violência no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, 16(1): 45-55, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa R de. Violência para todos. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9(1): 65-78, jan./mar., 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa R de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 4:7-32, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa R de. **Violência sob o olhar da saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

PASSETTI, Edson. Cartografia das violências. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, jul. 2002. Nº. 70. Ano XXII, p. 5-43.

OLIVEIRA, Agostinho Duarte de. **Democracia x violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DEA SAÚDE - OMS. **Actas oficiales dela OMS**, nº 2, p. 100.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social; Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 12(1): 187-200 maio de 2000.

ROQUE, Atila. **Anistia Internacional e o compromisso do Brasil com os direitos humanos**. In: Raika Julie Moisés. 06/06/12. Disponível em http://prvl.org.br/noticias/anistia-internacional-e-o-compromisso-do--brasil-com-os-direitos-humanos/ Acesso em 22 de julho de 2012.

SANTOS, Milton. **Metrópole coorporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENTO-SÉ, JOÃO TRAJANO. **Prevenção da Violência**: O papel das cidades São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Justiceiros e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Jailson de Souza e Silva BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes. (Orgs.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo. (Orgs.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOMEKH, Nádia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Estúdio Nobel/FAPESP/ EDUSP, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "As drogas e a questão urbana no Brasil. A dinâmica sócio espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos". In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa

e CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa (Orgs). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

TASCHNER, Suzana P.; BOGUS, Lucia M. M. São Paulo: o caleidoscópio urbano. **São Paulo Perspectiva**. 2001, vol.15, n.1, pp. 31-44.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula e BITAR Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In: **Estudos Avançados**, 17 (47), 2003, p. 97-128.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência III**: os jovens no Brasil. Juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO; Instituto Ayrton Senna; Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Organização dos Estados Ibero--Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Brasília: Fevereiro, 2007.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência** 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social; Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade. In VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (Orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Trabalho enviado em novembro de 2012
Trabalho aceito em janeiro de 2013